

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Alfenas/MG, CEP 37130-000, Fone (35)3299-1072

JULGAMENTO DE RECURSO Nº 01 - CONCORRÊNCIA nº 01/2010

PROCESSO: nº 23087.003278/2010-10

RECORRENTE: ANTUNES E PEREIRA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA

DOS FATOS:

Insurge-se a ANTUNES E PEREIRA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA, ora designada recorrente, vem apresentar Recurso Administrativo contra decisão da Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou no referido processo licitatório por descumprimento aos itens 31 e 31.1 do Edital.

DA TEMPESTIVIDADE E DOCUMENTOS

A fundamentação do recurso foi registrada pela empresa recorrente no Protocolo da Instituição, no dia 08 de setembro de 2010, ou seja, dentro do prazo legal estabelecido. Sendo concedido igual prazo para apresentação das contra-razões das demais licitantes participantes do processo licitatório.

DAS CONTRA-RAZÕES

As contra-razões foram apresentadas, no dia 20 de setembro de 2010, ou seja, dentro do prazo legal, pelas empresas JUNCO & MOREIRA LTDA – EPP e SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, das quais seguem:

a) JUNCO & MOREIRA LTDA – EPP, anexado aos autos, fls. 435.

Que seja mantida a decisão da Comissão Permanente de Licitação de inabilitar a recorrente em atendimento aos itens 31 e 31.1 do Edital e em respeito ao Princípio de Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme pedido a seguir: *“...sejam julgadas insubsistentes as razões de recurso ofertadas pela empresa Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda, a fim de que seja mantida a decisão de inabilitação da Recorrente...”*.

b) SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, anexado aos autos, fls.439.

Que seja mantida a decisão da Comissão Permanente de Licitação de inabilitar a recorrente em atendimento aos itens 31 e 31.1 do Edital, em respeito a Lei de Licitações e em respeito ao Princípio de Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme pedido a seguir: *“...julgar pela manutenção da acertada decisão proferida, que em absoluto atendimento a Lei de Licitações bem como ao disposto do edital convocatório, decidiu pela inabilitação da licitante Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda, dando-se ao final, pela improcedência do Recurso Administrativo...”*.

DO PEDIDO

A empresa ANTUNES E PEREIRA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA requer que seja revista a Decisão da Comissão Permanente Licitação que a inabilitou por não apresentar documentação original ou fotocópias autenticadas, conforme pedido a seguir: *“...que seja julgado provido o presente o*

m
de
9

recurso, com efeito para que, reconheça a situação regular da recorrente e como de rigor, admita-se sua participação na fase seguinte da licitação e que solicite a apresentação dos documentos originais para autenticação das cópias pela Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao item 31.4 do Edital."

DO JULGAMENTO DO MÉRITO

A Recorrente solicita que seja revista a decisão da Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou no referido processo licitatório sob a alegação de que a Comissão poderia solicitar a documentação original, sempre que julgasse necessário.

Entretanto, o próprio Edital é claro no item 31 e subitem 31.1, a seguir descrito:

"31. Os documentos exigidos nesta Concorrência poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

31.1. Os documentos poderão ser autenticados pela Comissão Permanente de Licitação, a partir do original, até o horário da abertura dos envelopes documentação;

Desta forma, a recorrente não atendeu ao exigido no Edital, desrespeitando assim, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório que se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes, como pode ser visto no artigo 41, caput, e art. 43, inciso II, da Lei nº 8.666/93, que segue:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"..

"O princípio dirige-se tanto à Administração, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório e se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta".

Com referência a alegação de que esta comissão poderia ter utilizado o item 31.4, o mesmo não procede, pois o referido item somente é utilizado quando há dúvida quanto a veracidade de cópia apresentada, reservando o direito à Comissão de Licitação de solicitar o documento original para confrontar com a fotocópia, sempre que julgar necessário, o que não ocorreu na sessão pública, quando a recorrente apresentou toda a documentação em fotocópia sem autenticação, descumprindo os itens 31 e 31.1 do Edital.

A decisão por parte desta Comissão merece ser mantida porquanto correta.

DECISÃO:

Face ao exposto, a Comissão Permanente de Licitação, fundamentadas nos termos do edital, na doutrina e nos dispositivos da Lei 8.666/1993, resolve

conhecer o recurso interposto pela empresa ANTUNES E PEREIRA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA, para no mérito:

1 - Julgar IMPROCEDENTE o presente recurso.

2 - Manter a decisão referente ao resultado de julgamento da habilitação, em respeito à Lei de Licitações e ao Princípio de Vinculação ao Instrumento Convocatório, visando o interesse público, como de fato e de direito, para que em seguida possa dar seguimento ao processo licitatório.

3 - Atribuir eficácia hierárquica ao presente recurso, submetendo-a a apreciação da Autoridade Superior da Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG para ratificação ou reforma desta decisão, com fulcro na legislação vigente.

Alfenas/MG, 24 de setembro de 2010.



Denis Eduardo Borba Ferreira

Presidente da CPL



Vera Lúcia Cunha de Oliveira

Membro



Leida Cristina Silva Maia

Secretária